

Coleção

História Contada do
Banco Central do Brasil

XV

Wadico W. Bucchi

Coleção

História Contada do
Banco Central do Brasil

Brasília • 2019

Coleção

História Contada do
Banco Central do Brasil

XV

Wadico W. Bucchi

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do
Banco Central do Brasil – v. 15

Banco Central do Brasil

Wadico W. Bucchi / Banco Central do Brasil – Brasília : Banco
Central do Brasil, 2019.

82 p. ; 23 cm – (Coleção História Contada do Banco Central do
Brasil; v. 15)

I. Banco Central do Brasil – História. II. Entrevista. III. Bucchi,
Wadico W.. IV. Título. V. Coleção.

CDU 336.711(81)(091)

Apresentação

O Banco Central do Brasil tem mais de 50 anos. A realização de entrevistas orais com personalidades que contribuíram para a sua construção faz parte da memória dessa Instituição, que tão intimamente se vincula à trajetória econômica do país.

Essas entrevistas são apresentadas nesta *Coleção História Contada do Banco Central do Brasil*, que complementa iniciativas anteriores.

É um privilégio poder apresentar esta Coleção.

As entrevistas realizadas permitem não apenas um passeio pela história, mas também vivenciar as crises, os conflitos, as escolhas realizadas e as opiniões daqueles que deram um período de suas vidas pela construção do Brasil. Ao mesmo tempo, constituem material complementar às fontes históricas tradicionais.

O conjunto de depoimentos demonstra claramente o processo de construção do Banco Central como instituição de Estado, persistente no cumprimento de sua missão. A preocupação com a edificação de uma organização com perfil técnico perpassa a todos os entrevistados. Ao mesmo tempo em que erguiam a estrutura, buscavam adotar as medidas de política econômica necessárias ao atingimento de sua missão.

É evidente, também, a continuidade de projetos entre as diversas gestões, viabilizando construções que transcendem os mandatos de seus dirigentes.

Nossa expectativa com a publicação dessas entrevistas é contribuir com uma melhor compreensão acerca da evolução da Instituição e de sua atuação.

Queremos estimular a busca por conhecimentos sobre a história econômica do país e sobre como o Banco Central busca seus objetivos de **garantir a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez e eficiência do sistema financeiro.**

A handwritten signature in black ink, reading "Ilan Goldfajn". The signature is fluid and cursive, with the first letters of each word being capitalized and prominent.

Presidente do Banco Central do Brasil

Wadico Waldir Bucchi foi diretor da Área Bancária do Banco Central do Brasil (BCB) e, em junho de 1989, assumiu a presidência da Instituição, tendo sido o primeiro presidente do BCB a tomar posse após a promulgação da Constituição de 1988 e, portanto, o primeiro a ser sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal.

Começou a trabalhar aos quinze anos de idade, após seu pai ter sofrido um acidente que o impediu de continuar trabalhando como alfaiate. Aos dezenove anos, quando já trabalhava no Departamento de Estudos Econômicos do Banco de Crédito Nacional, Bucchi começou a se interessar pelas áreas de Economia, Administração e Finanças. Essa formação inicial foi complementada pelo trabalho no Investbanco, cujo presidente, Roberto Campos, encorajava os jovens colaboradores a aprofundarem sua formação e a buscarem melhor compreensão acerca das questões econômicas e financeiras.

Graduou-se em Administração de Empresas e em Ciências Contábeis pela Universidade Mackenzie, em São Paulo, cursando, posteriormente, o mestrado em finanças e política monetária na Universidade da Califórnia. Sua formação acadêmica foi fortemente influenciada pelos professores Robert Auerbach, Sergei Dobrovolsky e Catherine Lovell. Ao retornar ao Brasil, realizou o doutorado em Finanças da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

Em 1974, conheceu Fernando Milliet ao participar do processo seletivo para uma vaga na Área Financeira na Companhia Nacional de Seguros do Comércio e Indústria (Induseg), e passaram a trabalhar juntos. Quando Milliet assumiu a presidência do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), Bucchi o acompanhou, inicialmente na assessoria de planejamento. No ano seguinte, assumiu uma das diretorias-executivas do banco e, paralelamente, exerceu a presidência da Banespa DTVM.

Em 1987, quando Fernando Milliet assumiu a presidência do BCB, convidou Bucchi a assumir a diretoria da Área Bancária. Ainda como diretor, Bucchi implementou programa cujo objetivo era fortalecer o Sistema Financeiro Nacional (SFN), por meio da padronização dos demonstrativos dos bancos com a criação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da ampliação do capital dos bancos, da criação de comitês nos bancos e dos bancos múltiplos, da redução da participação dos bancos estaduais no mercado, entre outras ações. Foi também o responsável pela articulação das questões bancárias durante a Assembleia Constituinte.

Tornou-se presidente do BCB em um período de intensa turbulência política no país, quando transcorria a campanha para eleição do primeiro presidente da República por voto direto após quase três décadas. Além disso, havia ocorrido intervenção em grande número de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e o nível de reservas internacionais encontrava-se muito baixo, levando à adoção da centralização cambial.

Foi em sua gestão que se iniciou o projeto *História Contada do Banco Central do Brasil*, com o depoimento do professor Octavio Gouvêa de Bulhões.

Wadico Buchi concedeu entrevista à equipe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), no âmbito do *Projeto Memória do Banco Central do Brasil*, em fevereiro de 2016, com a revisão da entrevista tendo sido realizada em março de 2018. Nesse encontro, além de relatar sua história de vida e trajetória profissional, abordou a evolução das atividades do Banco Central, a integração entre servidores do quadro da Instituição e membros externos da Diretoria Colegiada, a necessidade de mecanismo de seguro de depósito, a composição do Conselho Monetário Nacional (CMN) e pressões sofridas, a atuação do ministro da Fazenda, a condução da política monetária durante o período eleitoral da primeira eleição direta após o regime militar e a própria relevância atribuída pela sociedade

à atuação do Banco Central, entre outros temas. Foram anexados à entrevista a mensagem presidencial com a indicação de Wadico Bucchi para a presidência do Banco Central e seu discurso de posse como presidente do BCB.

As entrevistas realizadas em 2016 e 2017 com ex-dirigentes do Banco Central resultam da retomada do *Projeto Memória do Banco Central do Brasil*, que teve início em 1989, quando o BCB e o CPDOC/FGV firmaram convênio com o objetivo de descrever a trajetória de criação e organização da Instituição que, no ano seguinte, completaria 25 anos. Em um segundo momento, foi colhido o depoimento de Alexandre Kafka, diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) – figura de grande prestígio, cujo depoimento foi relevante para a compreensão do relacionamento do Brasil com a comunidade internacional. O projeto foi ainda retomado em 1995 e em 1997, quando mais algumas entrevistas foram realizadas e, por fim, foi complementado pelas entrevistas realizadas em 2016 e 2017.

A reconstituição da construção do Banco Central por meio da história oral relatada por muitos de seus principais atores permite não apenas complementar as informações existentes em documentos já publicados, mas também conhecer as avaliações, os dilemas, as escolhas e as influências familiares, acadêmicas e da rede de relacionamentos de cada um deles, colocando, assim, o indivíduo e o momento histórico como agentes determinantes na edificação da Instituição.

As entrevistas realizadas foram transcritas e submetidas a processo de edição por parte das equipes envolvidas, tanto do CPDOC quanto do BCB, mantendo-se fiel à narrativa, e transformando-as, assim, nos volumes que compõem a *Coleção História Contada do Banco Central do Brasil*.

Sumário

Introdução, 9

Capítulo 1: Formação Acadêmica, 15

Capítulo 2: Setor Privado e Setor Público, 22

Capítulo 3: Desafios do Sistema Financeiro, 28

Fotos, 35

Capítulo 4: Sabatina e Presidência, 59

Capítulo 5: Planos, Ilusões e Incerteza, 64

Anexos, 73

I – Mensagem Presidencial com a Indicação de Wadico Bucchi para a Presidência do Banco Central do Brasil, 73

II – Discurso de Transmissão de Posse, 74

Índice Onomástico, 79

Capítulo 1

Formação Acadêmica

Como foi sua trajetória pessoal e familiar?

Nasci no dia 4 de agosto de 1951, em São Paulo, capital, em Santana, um bairro de classe média. Meu pai, Romolo Bucchi, era filho de italianos e, com dez dias de vida, veio trazido pelos meus avós, de Matão, no interior de São Paulo, para a capital. Minha mãe, Ada Bucchi, era neta de portugueses e morava em Lins até também se mudar para a capital.

Sempre morei em São Paulo e, naquela época, as escolas públicas eram de bom nível. Fiz os quatro primeiros anos de formação no Grupo Escolar Barão Homem de Mello e cursei o científico no Colégio Estadual Augusto Meirelles Reis Filho, ambas as escolas ainda existentes. Meu pai me cobrava muito e, por isso, estive sempre entre os primeiros colocados da classe. Do primeiro ao quarto ano, fui premiado como um dos dois melhores alunos da turma, alternando com o amigo de classe José Narciso Strabon. Quando fui para o científico, fiquei entre os dez primeiros. Meu pai era um bem-sucedido alfaiate de classe média e orientava os filhos, tanto a mim quanto a minha irmã, Waldineia Bucchi [Galvão] a se dedicar aos estudos. E, havia, desde o início, a expectativa de que cursássemos uma faculdade.

Meu primeiro emprego, aos quinze anos, foi em uma lapidadora de cristais, a Cristaleria Palety Ltda., e, em seguida, trabalhei em uma construtora chamada Pavimentadora Termil Ltda. – mais tarde Tarumã Engenharia S/A, controladas por Henrique Borenstein. Eu tinha dezesseis anos e trabalhei lá por três anos. Na sequência, fui para o Banco de Crédito Nacional (BCN), onde trabalhei no Departamento de Estudos Econômicos. No BCN, me interessei pelas áreas de economia, administração e finanças. Durante os

quase três anos em que lá trabalhei, tive a oportunidade de conviver com excelentes profissionais, recebendo influências para iniciar o direcionamento da minha vida profissional.

No Departamento de Estudos Econômicos do BCN, trabalhei estruturando a montagem de tabelas financeiras para financiamentos a serem concedidos a pessoas físicas e jurídicas, bem como auxiliando em estudos para o lançamento de ações e títulos no mercado. Ali, conheci profissionais com uma visão global de economia e gestão de finanças, como João Muccillo Neto, Roberto de Genaro, Waldemar Pantaleone, e Dauto José Azarite.

O BCN foi uma escola inicial, mas foi em 1972, no Banco de Investimento Industrial – Investbanco, que reforcei o meu interesse por economia e finanças. O professor Roberto Campos era o presidente do Investbanco e instigava os jovens colaboradores a buscarem mais conhecimento e a terem uma melhor compreensão das questões econômicas e financeiras.

Fiz graduação em administração de empresas e em ciências contábeis na Universidade Mackenzie, e depois fui para os Estados Unidos onde fiz mestrado na Universidade da Califórnia com um *major* em finanças e um *minor* em política monetária. No retorno, fiz o doutorado em Finanças na Universidade de São Paulo.

Como era trabalhar com o Roberto Campos?

Foi um período de muito aprendizado. O Investbanco era o maior banco de investimentos do país. O professor Campos solicitava à Divisão de Análise Financeira – subordinada à Gerência-geral de Finanças e dirigida pelo Luiz Carlos Vescovi Plaster – várias demandas, entre elas a realização de estudos para entender, por exemplo, como, na situação econômica em que o país vivia no começo dos anos 1970, seria possível montar um colchão de liquidez para sustentar eventuais problemas que um banco viesse a enfrentar. Tive a oportunidade de ser um dos autores de um estudo que tinha por objetivo desenvolver um desenho de um colchão de liquidez para enfrentar situações de

crise. Hoje, técnicas estatisticamente mais complexas de *hedging* e mecanismos prudenciais são utilizadas, mas, na época, não se usava essa terminologia e nem havia o arsenal hoje existente para aferir e controlar riscos. Esse trabalho me proporcionou um elogio de próprio punho do professor Roberto Campos. O elogio do professor Roberto Campos que, com o Octavio Gouvêa de Bulhões, iniciou tudo isso, foi uma recompensa, e um grande incentivo para criar em mim a vontade de caminhar nessa área.

Podemos considerar o Investbanco um dos primeiros bancos de investimentos do país?

Sim, era o principal banco de investimentos em atividade e uma verdadeira escola. Tínhamos alguns bancos-escola no país: um era o Investbanco, outro era o Banco de Investimentos do Brasil (BIB) – que a partir de 1975, tornou-se União de Bancos Brasileiros (Unibanco) –, e também o BCN. Nesses bancos, trabalhavam alguns dos melhores técnicos do mercado.

E como estava estruturado o mercado nessa época?

O mercado aberto era recente, começou no final dos anos 1960. Os departamentos econômicos dos bancos, como o do BCN, preparavam tabelas financeiras para financiamentos e também estudos de mercado setoriais. O mercado estava se abrindo, e eram realizados estudos para o lançamento de títulos no mercado. Era uma experiência totalmente nova, e o Investbanco, o BIB e o BCN, à época, estavam entre as instituições líderes do mercado. A equipe do Departamento de Estudos Econômicos do BCN realizava análises econômico-financeiras e estudos de viabilidade mercadológica de empresas, além de fazer recomendações de compra ou venda de papéis.

Era o começo do mercado de crédito.

Sim, era o começo do mercado de crédito e do mercado de capitais. Aqui, estou me referindo ao mercado de capitais.

O que o senhor estudava na faculdade tinha relação com seu dia a dia?

Tinha sim. Aprendi instrumental de estatística, que era fundamental. Estudei macroeconomia, microeconomia, matemática financeira e análise de balanços, bem como finanças corporativas. O conjunto dessas disciplinas norteou minhas escolhas.

As emissões que faziam eram relativas a empresas estatais?

Não, eram empresas privadas. Era o início do mercado de capitais. A Lei do Mercado de Capitais surgiu mais à frente, acho que em 1976.¹ O que também havia era o início do mercado aberto, na área de negociação de títulos e de gestão de política monetária, por parte do governo.

Na gestão de caixa dos bancos, até o final dos anos 1960, início dos 1970, se não me falha a memória, as instituições financeiras utilizavam o modelo de troca de reservas bancárias pura e simples. Era o famoso “cheque BB”,² que lastreava a troca de reservas entre os bancos. O processo veio dos anos 1960 e, no começo dos anos 1970, as posições ainda eram liquidadas na antiga sede do Banco do Brasil (BB) em São Paulo. Era um início rudimentar do mercado. Hoje, existe o mecanismo do mercado aberto para a troca de posições.

E o senhor permaneceu no Investbanco até quando?

Fiquei no Investbanco até 1974. Foi um período em que tive, como já mencionei, a oportunidade de conhecer e fazer parte da equipe do professor Roberto Campos, e outras pessoas que, mais tarde, se tornariam conhecidas por suas passagens na vida pública e privada, como Luiz Carlos Mendonça de Barros, Sergio Silva de Freitas, João Batista de Athayde, Luiz Carlos Vescovi Plaster, e Miguel Ethel Sobrinho. O Investbanco foi uma escola, sem dúvida. Depois, fui

1 Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, cria a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e disciplina o mercado de capitais. A Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, dispõe sobre a sociedade por ações.

2 O Cheque BB era um crédito que um banco poderia tomar junto ao Banco do Brasil para fechar suas posições ao final do dia caso estivesse com “estouro de caixa”. Era uma forma de organizar um mercado de empréstimo para bancos, o que hoje é conhecido como interbancário.

convidado pelo Fernando Milliet de Oliveira para trabalhar na Companhia Nacional de Seguros do Comércio e Indústria (Induseg).

Como o senhor conheceu Fernando Milliet?

Em 1974, por intermédio de um *headhunter* que ainda atua no mercado: o Luiz Alberto Panelli [Panelli, Motta & Cabrera Consultores Associados]. O Fernando Milliet estava recrutando uma pessoa para a área financeira da seguradora e utilizou a consultoria do Panelli que, à época, estava na *Executives*. Eu fui selecionado, entre vários candidatos, pelo Panelli para uma série de entrevistas com o Fernando Milliet. Passei por várias entrevistas e testes, e como ele era uma pessoa com forte formação quantitativa, me apresentou um teste curioso para a época: pediu que eu criasse três cenários para uma situação específica. Eu tinha que criar a hipótese pessimista, a otimista e a mais provável e desenvolver um raciocínio. Não havia computadores pessoais com programas disponíveis para esse tipo de análise, hoje tão comuns. Precisei elaborar os cenários com os recursos disponíveis à época. Consegui criar um modelo que ele considerou válido. Então, ele disse: “Você vai trabalhar comigo!”. Depois de alguns meses, fui promovido a gerente do Departamento Financeiro. Essa experiência foi muito rica porque o Fernando tinha, para os padrões da época, um conhecimento sofisticado em termos de técnicas de análise de riscos. Ele havia estudado Administração de Empresas na Fundação Getulio Vargas em São Paulo e, depois, realizado o mestrado em Michigan. Ter trabalhado com ele me forçou a adquirir mais conhecimentos técnicos para poder crescer profissionalmente.

Essa influência pode ser notada em sua dissertação de mestrado na área de seguros?

Sim. O título da tese foi *Economies of scale in financial institutions: a study on the Brazilian insurance industry*,³ apresentada em 1984 e aprovada pela banca formada pelos professores Stahrl W. Edmunds,

3 BUCCHI, Wadico. *Economies of scale in financial institutions: a study on the Brazilian insurance industry*. Riverside, University of California, 1984.

Catherine H. Lovell e Lawrence Zahn na *University of California* nos Estados Unidos.

Durante os estudos e a elaboração da tese, conheci algumas pessoas que influenciaram o meu trabalho e pensamento. Uma delas foi a professora Catherine H. Lovell, membro da minha banca examinadora, especialista em ética, relações empresas-governo e finanças públicas. Ela focava suas pesquisas no que hoje se denomina governança e na relação entre ética, governo e empresas. Sua visão e abordagem eram instigadoras.

Outra influência foi o professor Robert Auerbach, que trabalhou no *Federal Reserve* (FED) e também como assessor econômico do *Committee on Banking, Finance and Urban Affairs, da United States House of Representatives*.⁴ Um de seus livros, *Money, Banking and Financial Markets*, é um dos meus livros de referência. O professor Auerbach tinha o doutorado em economia pela *University of Chicago* e fazia um contraponto à professora Catherine Lovell, que tinha doutorado em Administração Pública pela *University of Southern California*.

A terceira influência que tive foi a do professor Sergei Dobrovolsky, que foi do alto escalão da Receita Federal norte-americana. Especialista na análise das contas públicas, ele tinha um posicionamento bem determinado sobre a necessidade do equilíbrio fiscal. Ele fez seu doutorado em economia na *Columbia University* e é autor de vários livros.⁵ Com ele, tive aulas de teoria avançada de finanças e de macroeconomia.

Em suma, durante o mestrado fui influenciado, entre outros, por Auerbach, ligado à visão da necessidade de controle monetário da escola de Chicago; Dobrovolsky, ligado à área fiscal e à análise das contas públicas; e Lovell, ligada às questões de governança, ética, e relação setor público-setor privado. Foi uma combinação rica para a minha formação.

4 Comitê para Assuntos Urbanos, Bancários e de Finanças da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos.

5 Por exemplo: *Economics of corporation finance*. New York, McGraw Hill, 1971; *Corporate income retention: 1915-43*. New York, NBER, 1951.

Considerando a influência da professora Lovell, sua experiência no setor privado e, depois, no setor público, como o senhor vê a passagem de executivos do setor privado para o setor público e vice-versa? O mecanismo da quarentena contribui para a questão da governança?

A quarentena ajuda, mas entendo que não necessariamente é a solução das questões. Contudo, é importante tentar compreender os motivos que levam um profissional a desejar contribuir com seu país. Por vezes, é difícil compreender o conjunto de decisões tomadas em determinada época. Por isso, as decisões devem ser avaliadas no contexto em que foram tomadas. O importante é que os escolhidos para dirigir o Banco Central devem ter reputação ilibada e combinar formação, experiência e conhecimento adequados para assumir a posição, sejam eles do setor público ou do setor privado. Os mecanismos de governança hoje existentes, incluindo a quarentena, melhoram o controle da passagem de executivos de um setor para outro, mas não eliminam todos os riscos.

Capítulo 2

Setor Privado e Setor Público

O senhor considera que sua experiência no setor privado lhe conferiu uma formação que o ajudou em sua atuação como presidente do Banco Central do Brasil?

Quando saí do Banco Central, ganhei uma placa dos funcionários de carreira agradecendo pela contribuição que eu levava ao Banco. Acredito que recebi mais do que levei para o Banco Central, mas eles entenderam que houve uma contribuição importante da minha parte, talvez pela minha formação e atuação ligada à universidade. O lastro acadêmico talvez tenha ajudado, como ajudou muitos dos ex-presidentes do Banco Central. Pessoalmente, também achei importante minha experiência prévia na iniciativa privada e o fato de ter levado essa experiência para dentro do Banco Central. Acredito ter sido bem aceito. Há funcionários de carreira do Banco Central que aceitam muito bem isso, exatamente para, como dizem por lá, “dar uma oxigenada no relacionamento”. Mas também há alguns funcionários que rejeitam quem vem do mercado privado, por não entenderem que isso pode contribuir para o crescimento de todos, em benefício do país. A Constituição de 1988 definiu que o indicado deve se submeter a uma sabatina⁶ em sessão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, na qual terá que responder a questionamentos de políticos da oposição, políticos da situação e se apresentar como alguém preparado e que irá contribuir para o equilíbrio monetário e o consequente desenvolvimento do país. Tive a honra de ter sido o primeiro presidente do Banco Central a ser submetido a esse rito constitucional para aceitação.

6 Wadico Bucchi foi o primeiro presidente do Banco Central a ser sabatinado, em 1989, devido à exigência da Constituição de 1988. O Anexo I apresenta a mensagem presidencial de sua indicação ao Congresso.

A interação entre o Banco Central e os agentes do mercado é importante para que o Banco conheça quem está do outro lado?

Não há dúvida quanto a isso, mas desde que seja realizada dentro de padrões éticos e objetivos de construção de melhorias para o melhor funcionamento do mercado e sua segurança.

Quando o senhor foi para os Estados Unidos, na década de 1980, era raro os brasileiros estudarem no exterior, não é?

Já falei sobre alguns professores que me influenciaram na Universidade da Califórnia, mas não posso deixar de mencionar, também aqui, o Fernando Milliet de Oliveira. Houve uma ocasião em que tive uma conversa com ele e comentei sobre meu interesse em fazer mestrado nos Estados Unidos. Então, ele próprio fez uma das cartas de recomendação que eu precisava para completar o processo de aceitação na *University of California*.

Meu curso foi muito gratificante porque pude escolher alguns professores. Quando se é admitido no sistema da *University of California*, é permitido escolher cursar disciplinas em diferentes *campi*. Estudei em três *campi*: Riverside, Irvine e Los Angeles. Fiz macroeconomia e teoria avançada de finanças em Irvine, com o professor Sergei Dobrovolsky. Utilizamos o livro do Copeland,⁷ que ainda hoje é considerado uma referência no estudo da teoria avançada de finanças. Em Riverside, tive aulas, entre outros, com a professora Catherine Lovell e com o professor Robert Auerbach. Eu ainda quis fazer uma disciplina de macroeconomia no *campus* de Santa Bárbara, com o professor John Marshall, mas não consegui. O *campus* de Santa Bárbara era distante de onde eu morava e acabei cursando a disciplina no *campus* de Irvine com outro professor. Utilizei algumas pesquisas do professor Marshall em meus estudos.

Morei no *campus* e convivi com colegas da Itália, do México, da Argentina, de Israel, da Síria, do Canadá, do Japão, da Coreia do Sul, da China e de vários outros países, além dos Estados Unidos.

7 COPELAND, Thomas E. e WESTON, J Freed. *Financial theory and corporate policy*. New York, Addison-Wesley Publishing Company, Inc.1988.

Criamos uma rede de amigos que é mantida até hoje. Fiz o mestrado em finanças, e era preciso escolher duas áreas: a *major*, que fiz em finanças corporativas; e a *minor*, que fiz em política monetária.

A minha decisão de estudar no exterior foi influenciada, em momentos diferentes, como mencionei anteriormente, tanto pelo Fernando Milliet, quanto pelo professor Roberto Campos, e ainda por um ex-diretor do Unibanco, o Hédio Ribeiro Duarte. Além dessas influências, em relação ao professor Roberto Campos, tive uma alegria muito tempo depois, porque no seu livro *A Lanterna na Popa* ele relata a minha participação como um dos membros de sua equipe no Investbanco.⁸

O senhor concluiu o mestrado em 1984. E como foi o retorno a São Paulo?

Quando voltei, imediatamente me candidatei e fui aprovado em primeiro lugar ao doutorado em finanças na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Paralelamente ao doutorado, trabalhei como consultor da presidência do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) quando Fernando Milliet era seu presidente.

Quando o senhor voltou dos Estados Unidos, em 1984, a abertura política já estava muito clara, havia o processo das Diretas Já. Como o senhor viveu esse momento? O senhor tinha alguma atividade política?

Eu já era casado com a Maria Amélia quando fomos para os Estados Unidos e levamos nossos dois filhos: o Fernando Cesar, com poucos meses, e o Carlos Eduardo, com dois anos. O terceiro filho, Luis Ricardo, nasceu em 1985, ano seguinte ao nosso retorno ao Brasil.

Recebi o convite para assumir a recém-criada assessoria de planejamento do Banespa e me dediquei a isso. Acompanhei o processo de mudanças políticas do país, a consolidação do regime democrático, mas não tive uma ação ativa nesse período. E também retomei o magistério, do qual eu havia me licenciado durante o período de estudos nos Estados Unidos.

8 CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p. 891.

Para compreender melhor minha participação política, é preciso saber que eu tive que começar a trabalhar muito cedo porque meu pai, que era um alfaiate bem-sucedido – formado no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – sofreu um acidente, perdendo a visão de um olho e ficando com apenas 30% da visão do outro. Esse acidente acelerou, pela necessidade, todo o meu processo de desenvolvimento profissional. Meu pai montou um pequeno armazém para substituir a alfaiataria. E, por isso, eu tive que “ir à luta” cedo, e precisei dosar a aquisição de conhecimentos e experiência com a ajuda à família. Com a energia voltada para o auxílio à família, não participava ativamente da vida política do país. E isso perdurou mesmo após o meu retorno ao Brasil.

Alguns anos depois do meu retorno, por meio do Tito Enrique da Silva Neto, tive uma ligação próxima com o doutor Ulysses Guimarães, que foi uma pessoa importante na minha vida profissional e um dos incentivadores para que eu viesse a ser indicado para a presidência do Banco Central.

Seu ingresso no Banespa foi como assessor do vice-presidente Fernando Milliet? Como era sua rotina?

Sim, ingressei com o Fernando Milliet, mas ele já havia se tornado presidente do Banespa, dado que Luiz Carlos Bresser Pereira se tornara chefe da Casa Civil do estado de São Paulo no governo André Franco Montoro Filho. No meu primeiro ano no Banespa, coordenei a assessoria de planejamento. No ano seguinte, fui convidado, por indicação de Tito Enrique da Silva Neto, então vice-presidente, para exercer o cargo de diretor-executivo do banco. Paralelamente, por escolha de Fernando Milliet, exerci a presidência da Banespa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, substituindo o então presidente Alkimar Ribeiro Moura, que viria a ser diretor da Dívida Pública do Banco Central.

E quais eram suas principais atribuições?

Eu participava do Comitê Financeiro e recebi também a atribuição, por parte do presidente Milliet, de coordenar as negociações com o

Sindicato dos Bancários de São Paulo e com outros sindicatos. Na época, os sindicatos atuavam com muita força, e o Sindicato dos Bancários tinha a capacidade de parar o funcionamento dos bancos. Isso foi em 1985-1986. Lembro-me de que aquele era um momento difícil para os bancos do ponto de vista da liquidez e, em meio aquele cenário, conseguimos firmar um acordo diferenciado com o sindicato. Não me recordo dos números exatamente, mas o dissídio coletivo definiu uma correção salarial de 12% para todos os bancários. O Comitê Financeiro do banco indicava que, naquele momento, essa correção teria um forte impacto no caixa. Conseguimos um acordo com o Sindicato dos Bancários e não aplicamos os 12%. Acordou-se então que, no futuro, quando o Banespa tivesse condições financeiras, haveria a possibilidade de ser feita uma nova negociação. A então ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, elogiou o acordo firmado e o considerou histórico. Foi um dos únicos casos de acordos na época no qual o dissídio coletivo não foi aplicado. Não apenas o sindicato nacional assinou o acordo, como também os sindicatos regionais. Foi uma experiência negocial, apoiada pelas áreas jurídica e de recursos humanos do banco, que acabei empregando, tempos depois, em um episódio no próprio Banco Central.

No Banco Central, tivemos um evento sério no final de 1988, começo de 1989. Eu ainda não era presidente do Banco, era o diretor da área bancária e, por questões de agendas, naquele dia, eu era o diretor de plantão em Brasília. Havia um movimento forte ocorrendo na frente da sede do Banco Central, uma paralisação total. Algumas áreas do Banco precisavam funcionar, mas estava tudo parado. Desci do andar onde estava alocada a Diretoria da Área Bancária, passei no meio daquelas pessoas, pedi a palavra e subi em um caixote que estavam usando como palanque, e inicialmente fui vaiado. Falei sobre a importância do Banco Central, sobre a importância do trabalho deles, informei que as negociações estavam em andamento e que não dependiam, necessariamente, do Banco Central, mas sim de outras esferas do governo. Depois de algum tempo e de algumas discussões e discursos, as vaías cessaram e o pessoal retornou para dentro do Banco. Foi uma experiência ímpar.

O senhor foi executivo de um dos maiores bancos do país, o Banespa. Era uma posição de prestígio. Atualmente, um executivo que trabalha em um banco é extremamente bem remunerado, mas, naquela época, o mercado financeiro não era tão glorioso. Conte-nos um pouco sobre a sua experiência de atuar no mercado financeiro nos anos 1980.

Não havia a concentração bancária que existe hoje, nem os grandes prêmios que são pagos aos executivos hoje. Os prêmios são muitas vezes bônus sobre resultados de curto prazo. Existe um conflito de agência envolvido nessa questão. O sistema de remuneração que alguns bancos adotam é baseado na ideia de “mostrar o resultado agora”, mas, não necessariamente, esse resultado será mantido mais à frente. A partir dos anos 2000, mas, sobretudo a partir da crise de 2008, quando vários bancos foram absorvidos por outros maiores, houve um forte processo de concentração bancária. Se olharmos o atual mercado financeiro nacional, constatamos que temos oito bancos que controlam, talvez, 90% do volume financeiro. É possível pensar em outro banco de expressão além do Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander? Os demais bancos se concentram em nichos específicos, fora do grande varejo e operando sem escala.

Capítulo 3

Desafios do Sistema Financeiro

Na sua opinião, faltou um esforço maior por parte do regulador para tentar reduzir a concentração bancária?

Ao observar nossa história, verificamos que tivemos processos de concentração e desconcentração em relação ao número de instituições financeiras no Sistema Financeiro Nacional (SFN). Se analisarmos o período do presidente Ernane Galvêas, houve um processo de enxugamento do sistema financeiro. Foi uma política de fortalecimento do sistema a partir da redução do número de instituições. Também houve períodos em que ocorreu expansão do número de instituições, mas não necessariamente com crescimento do crédito.

O que o Banco Central e o Ministério da Fazenda começaram a fazer nos anos 1980, e que se desenvolveu ao longo do tempo, foi implementar um programa que continha alguns objetivos: padronizar os demonstrativos dos bancos com a criação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif),⁹ criar bancos múltiplos para atender a nichos de mercado, fortalecer o capital dos bancos, criar um mecanismo de garantia de depósitos e aperfeiçoar os mecanismos prudenciais e de gestão de riscos para o sistema financeiro, entre outros. Alguns desses objetivos estavam contidos no acordo que o Brasil assinou em 1988 com o Banco Mundial. Esse programa foi sendo implementado ao longo dos anos, até recentemente. Havia também o objetivo de reduzir a participação dos bancos estaduais que, por vezes, pela necessidade de cobrir

⁹ O Cosif foi criado com a edição da Circular 1.273, em 29 de dezembro de 1987, com o objetivo de unificar os diversos planos contábeis existentes à época e uniformizar os procedimentos de registro e elaboração de demonstrações financeiras, o que veio a facilitar o acompanhamento, a análise, a avaliação do desempenho e o controle das instituições integrantes do SFN. Ver <http://www.bcb.gov.br/htms/cosif/default.asp>.

deficit públicos estaduais, prejudicavam o exercício de uma política monetária ativa. Hoje, a participação dos bancos estaduais ainda existentes é pequena na economia.

Esse conjunto de medidas foi sendo desenhado antes mesmo de minha passagem pelo Banco Central. Foi um processo que amadureceu e que foi se consolidando ao longo do tempo. Nesse sentido, acho que as iniciativas do Banco Central foram corretas, pois tinham como objetivo fortalecer o sistema financeiro para evitar crises e, sob esse ângulo, ele foi muito bem-sucedido. Para analisar se também houve sucesso na irrigação do crédito, teríamos que avaliar em função da questão fiscal. Afinal, quem consome parte importante da poupança do país? A questão fiscal também estava contemplada no projeto de reestruturação e fortalecimento do sistema financeiro que foi negociado com o Banco Mundial. Durante o meu período como diretor da Área Bancária no Banco Central, eu era o responsável pela negociação, ainda que o projeto estivesse sendo anteriormente discutido e encaminhado por técnicos do Banco Central e dos ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Algumas propostas foram executadas ainda na minha época, como a implantação do Cosif, o estabelecimento de capital mínimo para os bancos, a criação dos bancos múltiplos, o primeiro desenho do seguro de garantia de depósitos, uma vez que o mecanismo das reservas monetárias utilizadas para o saneamento do sistema financeiro havia sido extinto em virtude do disposto no artigo 192, capítulo VI da Constituição Federal de 1988. Até então, uma das formas de o Banco Central garantir a segurança do sistema financeiro era usar os recursos das reservas monetárias formadas com arrecadações do Imposto de Operações Financeiras (IOF) para sustentar as operações de intervenção nos mercados de câmbio, títulos e bancos. Com o fim das reservas monetárias, se fazia necessário a criação de algum mecanismo de proteção. O seguro de depósitos e o mecanismo de gestão dos recursos gerados são administrados atualmente pelo

Fundo Garantidor de Crédito (FGC),¹⁰ órgão privado, com funções definidas em normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN).¹¹

Essa transição aconteceu durante a gestão de vários presidentes e diretores do Banco e em vários contextos macroeconômicos e políticos. Na minha tese de doutorado, há uma tabela que mostra a evolução da gestão das reservas monetárias, e após o seu término, a necessidade de criação de um mecanismo de seguro de depósito.¹²

Para retomar a questão inicial, sobre a atuação do regulador no sentido de influenciar o nível de concentração do segmento, lembro que as ações encaminhadas pelo Banco Central devem ser entendidas à luz dos contextos econômico e político e das demandas de cada momento.

Quando assumi a presidência do Banco Central, o CMN era composto por 26 membros,¹³ que representavam os mais variados segmentos da sociedade. Imagine fazer política monetária em um momento de transição de um regime político fechado para um regime político aberto, em que expressivas parcelas da sociedade passam a explicitar suas demandas e todas querem vê-las atendidas. O CMN não foi criado para atender aos excessos de demandas de moeda de segmentos da sociedade. Naquele momento histórico, contudo, com tantos representantes de segmentos da sociedade forçando demandas ao Conselho, este acabava, algumas vezes, sendo um instrumento de emissão de moeda. Felizmente, arranjos institucionais foram

10 O FGC é uma associação civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, criada em 1995, destinada a prestar garantia de créditos contra instituições dela participantes, nas hipóteses de decretação de regime especial ou de reconhecimento, pelo Banco Central, do estado de insolvência de instituições financeiras. Seus participantes são as instituições financeiras e associações de empréstimos e poupança em funcionamento no país (exceto as cooperativas de crédito e as seções de crédito das cooperativas) que recebam depósitos à vista, a prazo ou em contas de poupança; efetuem aceites em letras de câmbio; e captem recursos por meio da colocação de Letras Imobiliárias e Letas Hipotecárias. Ver BRASIL. Banco Central do Brasil. *Manual de finanças públicas*: sumário dos planos brasileiros de estabilização e glossário de instrumentos e normas relacionados à política econômico-financeira. Brasília: Banco Central do Brasil, 6ª edição revisada, junho de 2008, p. 100.

11 O CMN foi instituído pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, com a finalidade de ser o órgão deliberativo máximo do SFN.

12 BUCCHI, Wadico W. *Contribuição ao desenvolvimento de mecanismos de garantia de depósitos em instituições financeiras*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, pp. 108-117.

13 Ver *Banco Central do Brasil/Composição Histórica CMN*, disponível em https://www.bcb.gov.br/Pre/CMN/composi%C3%A7%C3%A3o_CMN.pdf.

implementados e esse modelo foi eliminado. Hoje, o CMN tem apenas três membros: o ministro da Fazenda, o ministro do Planejamento e o presidente do Banco Central, com objetivos restritos de emissão de moeda. Essa foi, sem dúvida, na minha opinião, uma das mais importantes modificações institucionais no país. Hoje, é possível exercer política monetária no Brasil, ainda que o ambiente político, algumas vezes, possa ser um tanto hostil.

Como eram as reuniões do CMN? Com que frequência elas aconteciam e de quantas o senhor participou?

Como diretor da Área Bancária, tinha assento no Conselho – ainda que não tivesse direito a voto – e, por isso, enquanto fui diretor, participei de todas as reuniões do CMN e, posteriormente, como presidente do Banco Central, exerci também a secretaria-geral do Conselho. Não havia cronograma fixo para as reuniões acontecerem, mas arrisco dizer que ocorriam de dois em dois meses. Integravam o Conselho 26 conselheiros representantes de diversos setores e também participavam das sessões os assessores desses membros.

Que tipo de demanda, por exemplo?

A criação de um mecanismo de financiamento especial para determinado setor, por exemplo.

Quais setores se destacavam nas reuniões?

Microempresa, pequena empresa, gestores de finanças estaduais, setor agrícola, mas não quero focar em um só setor, porque havia muitas demandas. Imagine sair de um regime político fechado e chegar a um regime político aberto, no qual segmentos da sociedade participam de um Conselho com a capacidade de emitir moeda. Uma parte dos membros do Conselho queria suas demandas por moeda atendidas, contra a posição técnica do ministro da Fazenda, que era o presidente do CMN; do presidente do Banco Central, que era o secretário-geral; e do ministro do Planejamento. Todos estes entendiam que essas demandas deveriam ser explicitadas nas discussões do orçamento da União e a ele limitadas.

E não conseguiam equilibrar.

Na maioria das vezes, conseguiam, mas à custa de “sofrimentos políticos” – vamos chamar assim – por parte do governo. As pressões vinham de líderes empresariais importantes, gente com voz, espaço na imprensa. Alguns estão por aí até hoje. Não havia, naquele momento inicial, a compreensão de parte da sociedade da importância dos equilíbrios monetário e fiscal para a estabilidade.

Como é composto o CMN hoje?

Hoje, são apenas três membros: o presidente do Banco Central, o ministro da Fazenda e o ministro do Planejamento.¹⁴ No passado, vários outros ministros de Estado faziam parte do Conselho, além dos representantes de diversos segmentos do setor privado. Vivíamos um momento de transição, o país estava em ebulição. É importante mencionar, mais uma vez, que tínhamos saído de um regime político fechado para um aberto. A sociedade ainda não tinha amadurecido o suficiente para algumas discussões importantes, como a atuação de um Banco Central ativo no exercício da política monetária. Na época, falar da atuação independente do Banco Central era visto, por muitos, como uma tentativa de criação de um quarto poder. Não havia uma sociedade politicamente madura para discutir essa questão tão relevante.

Além de tudo isso, o presidente que governava não era o que havia sido escolhido na eleição indireta porque, com a morte do Tancredo Neves, quem assumiu a presidência foi José Sarney.

Esse é outro ponto. O presidente Tancredo Neves estruturou politicamente um ministério, um governo, que foi herdado em circunstâncias trágicas pelo presidente José Sarney, ou seja, não era a equipe dele. Tendo em vista o momento de transição histórica por que o país passava, o presidente foi paciente e conseguiu conduzir o processo político, auxiliando na consolidação da democracia. Essa

¹⁴ A composição atual do CMN foi definida em 1994, na Lei 9.069. A evolução da composição do CMN pode ser encontrada no sítio do Banco na internet (http://www.bcb.gov.br/Pre/CMN/historia_CMN.asp), também no artigo de Gustavo Franco, “O Conselho Monetário Nacional como autoridade monetária: das origens aos dias atuais”, em BACHA, Edmar (org.). *A crise fiscal e monetária brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

não é uma análise simples de ser feita. Não me refiro à presidência em si, mas ao conjunto da situação política à época, que era muito atípica e demandava um processo decisório negocial cuidadoso e maduro, para evitar retrocessos.

Nessa época, foi realizado um trabalho coordenado pelo Alkimar Ribeiro de Moura, que era diretor da então Diretoria da Dívida Pública do Banco Central – assim como eu que era diretor da Área Bancária –, na gestão do Fernando Milliet. O Alkimar, que anos antes havia sido meu antecessor na presidência da Banespa DTVM, elaborou, com a ajuda de uma equipe de técnicos de carreira do Banco Central, um estudo para implantação e funcionamento de um Comitê de Política Monetária (Copom) com objetivos de fixação das diretrizes de política monetária e da taxa de juros de referência. Isso aconteceu anos antes de o Copom ser efetivamente criado e evoluir para os moldes atuais de funcionamento. Esses estudos iniciais foram desenvolvidos em 1987, mas o Copom veio efetivamente a ser implantado em 1996, sob melhores condições políticas e de maturidade da sociedade para a compreensão dos objetivos e da sua importância para o aperfeiçoamento da gestão da política monetária.

Antes de ser presidente do Banco Central, o senhor negociou uma reforma bancária com deputados da Assembleia Constituinte?

Eu era o responsável por essa articulação. O Banco Central já vinha realizando, há muito tempo, estudos para o fortalecimento de sua função de autoridade monetária e também de regulador do sistema financeiro, o que incluía uma série de reformas sobre as quais já falei. Era um processo de fortalecimento das instituições como um todo. Havia também questões de regulamentação prudencial, como questões de capital mínimo, de governança, de criação de comitês, de gestão de riscos etc. Todo esse processo teve início nesse momento, ou melhor, foi tornado explícito nesse momento, porque já existiam alguns estudos anteriores no Banco Central. Esses estudos foram condensados em um documento que foi negociado com o Banco Mundial, para a obtenção de suporte financeiro para colocar aqueles estudos em prática. Fui convocado várias vezes pela Comissão de Fiscalização da Câmara dos Deputados para discutir a questão.

E como era o diálogo com os parlamentares?

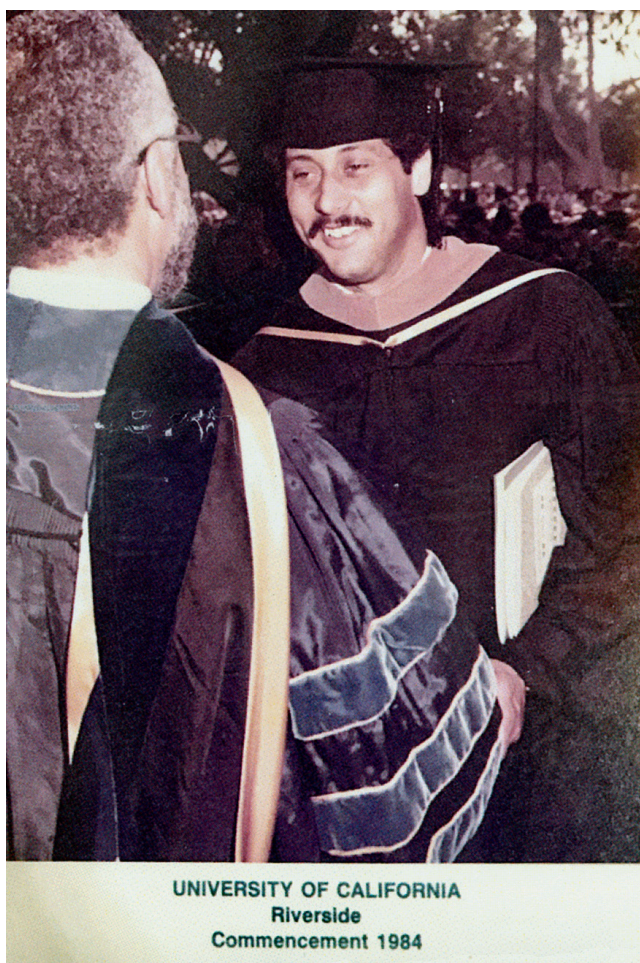
Tivemos, sem dúvida, algumas discussões importantes do ponto de vista técnico, mas tive muito apoio nas Comissões porque alguns dos membros eram economistas e compreendiam a necessidade dessas mudanças para o país.

Tivemos problemas com alguns deputados que queriam, por exemplo, que a taxa de juros fosse tabelada em 12% ao ano. Fui, como diretor da Área Bancária do Banco Central, à Comissão de Fiscalização da Câmara dos Deputados discutir esse tema várias vezes, até que os próprios deputados encontraram uma solução. O deputado José Serra construiu a saída porque obteve maioria para remeter para as Disposições Transitórias da Constituição a regulamentação sobre o tabelamento dos juros. Ele teve a ajuda do jurista Saulo Ramos, que foi consultor-geral da República do presidente Sarney. O doutor Saulo emitiu um parecer com poder de comando para a atuação do Banco Central.

A ação do deputado Serra e o parecer do doutor Saulo Ramos foram importantes para que o Banco Central pudesse desempenhar o seu papel. Esse foi um fato histórico da maior relevância.

O senhor mencionou que o deputado Ulysses Guimarães lhe ajudou nessa época. Como era sua relação com ele? Como o senhor o conheceu?

Quando fui para o Banespa, o filho do doutor Ulysses, Tito Enrique da Silva Neto, era o vice-presidente do Banco. Fernando Milliet era o presidente. Eu e Tito tínhamos um relacionamento profissional muito bom. Ele era respeitado pelo mercado e tinha sido, por vários anos, vice-presidente do Banco Mercantil de São Paulo. Levado pelo Tito Enrique, passei a frequentar as reuniões que o doutor Ulysses realizava na sua casa em São Paulo, em alguns sábados, para discutir questões gerais da política e da economia do país. Ele tinha uma capacidade extraordinária de ouvir a todos os espectros de opiniões. Em meados de 1989, eu era o diretor da Área Bancária e, quando houve a vacância da presidência do Banco Central, ele apoiou a minha indicação para o cargo de presidente.



Evento de colação de grau de Mestre em Finanças. *University of California*, Riverside, USA, 1984



Assinatura do acordo sindical do Banespa. Da esquerda para a direita: líder sindical, Fernando Milliet, Wadico Bucchi e Zildomar Ribeiro. São Paulo, 1986



Posse de Luiz Aranha Corrêa do Lago na Diretoria de Mercado de Capitais (Dimec) e de Wadico Bucchi na Área Bancária (Diban). Da esquerda para a direita: Fernando Milliet, Luiz Aranha Corrêa do Lago e Wadico Bucchi. Brasília, 1987



Posse de Luiz Aranha Corrêa do Lago na Diretoria de Mercado de Capitais (Dimec) e de Wadico Bucchi na Área Bancária (Diban). Da esquerda para a direita: Luiz Aranha Corrêa do Lago e Wadico Bucchi. Brasília, 1987



Em evento no Banco Central do Brasil. Da esquerda para a direita: Lycio de Faria, Fernando Milliet, Luis Carlos Bresser Pereira e Wadico Bucchi. Brasília, 1987



Reunião no Banco Central do Brasil, com a presença de Elmo Camões. Brasília, 1989



Cerimônia de transmissão de cargo de presidente do Banco Central do Brasil de Elmo Camões a Wadico Bucchi. Da esquerda para a direita: Nelson Carneiro (presidente do Senado Federal), Maílson da Nóbrega (ministro da Fazenda), Wadico Bucchi e Francisco Amadeu. Brasília, outubro de 1989



Cerimônia de transmissão de cargo de presidente do Banco Central do Brasil de Elmo Camões a Wadico Bucchi. Da esquerda para a direita: Maílson da Nóbrega (ministro da Fazenda) e Wadico Bucchi. Brasília, outubro de 1989



Discursando na cerimônia de posse como presidente do Banco Central do Brasil. Brasília, outubro de 1989



Recebendo os cumprimentos de Paulo César Ximenes (ex-presidente do BCB) na posse. Brasília, outubro de 1989



Recebendo os cumprimentos de Fernando Milliet (ex-presidente do BCB) na posse. Brasília, outubro de 1989



Recebendo os cumprimentos de Mailson da Nóbrega (ministro da Fazenda) na posse. Brasília, outubro de 1989



Em reunião de presidentes de bancos centrais. Uruguai, março de 1990



Cerimônia de transmissão de cargo de presidente do Banco Central do Brasil de Wadico Bucchi para Ibrahim Eris. Da esquerda para a direita: Ibrahim Eris, Zélia Cardoso de Mello (ministra da Fazenda) e Wadico Bucchi. Brasília, março de 1990



Zélia Cardoso de Mello (ministra da Fazenda) e Wadico Bucchi. Brasília, março de 1990



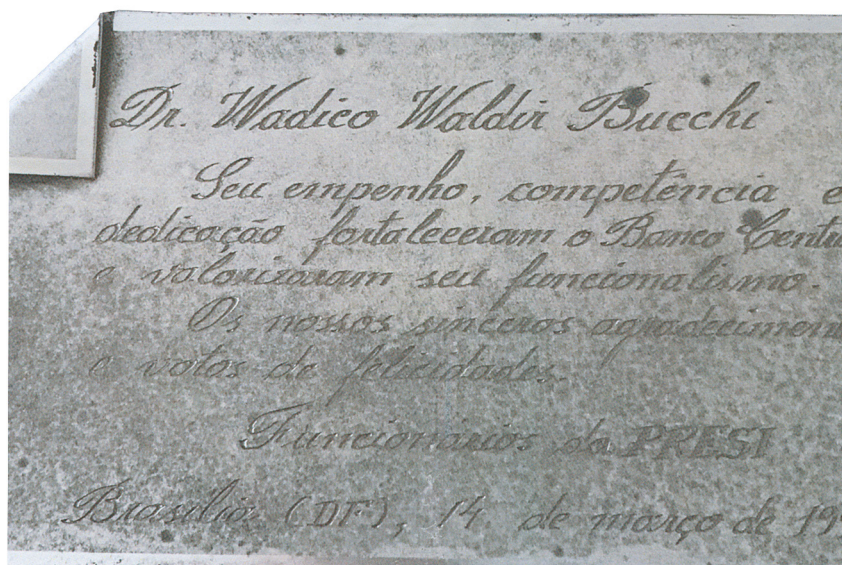
Wadico Bucchi com Octavio Gouvêa de Bulhões, no lançamento do livro de depoimentos do ex-ministro. Edifício-Sede do Banco Central no Rio de Janeiro, março de 1990



Lançamento do livro de depoimento de Octavio Gouvêa de Bulhões por Ibrahim Eris, com Wadico Bucchi. Edifício-Sede do Banco Central no Rio de Janeiro, março de 1990



Pronunciamento no Instituto
Brasileiro de Ciências Bancárias sobre a
implantação de seguros de depósito.
São Paulo, 1983

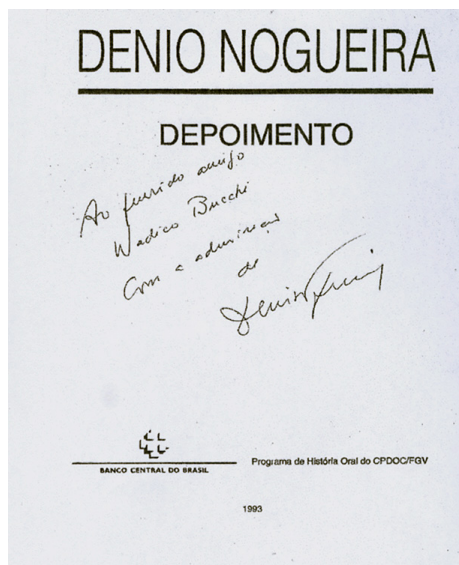


Reconhecimento dos funcionários do Banco Central do Brasil. Brasília, março de 1990



Wadico Bucchi (1º presidente do Banco Central do Brasil sabatinado e aprovado pelo Senado Federal), com Denio Nogueira (1º presidente nomeado do Banco Central do Brasil), no lançamento do livro de depoimentos deste. Outubro de 1993

Folha de rosto do livro de depoimentos de Denio Nogueira com dedicatória para Wadico Bucchi, na ocasião de seu lançamento. Outubro de 1993





Em evento do Banco Central do Brasil.
Brasília, 1989



Discursando em evento do Banco Central do Brasil. Brasília, 1989



Em evento do IBCB da Febraban. Da esquerda para a direita: Gustavo Loyola, Pedro Malan, Alcides Tapias, Fernão Bracher e Wadico Bucchi. Dezembro de 1993



Em reunião da Adeval. Da esquerda para a direita: Wadico Bucchi, Franco Montoro e Pedro Malan. Brasília, março de 1994



Cumprimentando Arminio Fraga, na
cerimônia de posse deste.
Brasília, março de 1999



Ex-presidentes do Banco do Estado de São Paulo (Banespa): Antonio Claudio Sochaczewski (ex-diretor da Área Externa
do BCB), Wadico Bucchi e Murilo Macedo (ex-ministro do Trabalho). Brasília, março de 1990



Seminário realizado em comemoração aos 40 anos do BCB. Da esquerda para a direita: Fernando Milliet, Paulo César Ximenes, Francisco Gros, Henrique Meirelles, Pedro Malan, Wadico Bucchi, Carlos Brandão, Fernão Bracher e Antônio Carlos Lemgruber. Brasília, 30 de março de 2005



Encontro de ex-presidentes no evento comemorativo dos 50 anos do BCB. Da esquerda para a direita: Paulo César Ximenes, Gustavo Loyola, Wadico Bucchi, Fernando Milliet, Persio Arida, Alexandre Tombini, Carlos Geraldo Langoni, Henrique Meirelles, Ernane Galvêas, Arminio Fraga e Gustavo Franco. Brasília, março de 2015



No evento comemorativo dos 50 anos do BCB. Brasília, março de 2015



Ex-presidentes do BCB ouvindo Ernane Galvão, com 92 anos, no evento comemorativo dos 50 anos do BCB. Brasília, março de 2015

Capítulo 4

Sabatina e Presidência

Como foi o convite para assumir a presidência do Banco Central?

A indicação funciona da seguinte maneira: o ministro da Fazenda apresenta uma lista tríplice ao presidente da República, que escolhe um dos nomes. Esse é o caminho natural. No meu caso, o ministro Maílson da Nóbrega levou três nomes ao presidente Sarney, e o presidente escolheu o meu. Acredito que, nesse momento, o presidente deva ter conversado sobre a indicação com o doutor Ulysses Guimarães, que era a principal liderança política do país na época. Ele telefonou e conversou comigo sobre a indicação. Outro nome na lista tríplice era Paulo Cesar Ximenes, que se tornou meu amigo e me apoiou muito. Não me recordo de qual era o terceiro nome da lista. Lembro-me muito do Ximenes, que era funcionário de carreira do Banco Central e estava cedido para o Ministério da Fazenda, atuando como secretário-geral¹⁵ e era, portanto, um nome importante para assumir a presidência do Banco, o que ocorreu alguns anos depois.

O senhor foi o primeiro presidente do Banco Central a ser sabatinado pelo Senado Federal, uma exigência da nova Constituição. Gostaria que o senhor falasse sobre esse processo.

O processo foi interessante. Após a indicação formal do presidente da República – e durante o período em que eu acumulava o exercício da presidência interina e da diretoria da Área Bancária – fiquei me preparando para a sabatina com o auxílio de uma equipe de chefes de departamento do Banco Central, que representavam várias áreas do Banco.

¹⁵ Atualmente, o cargo é denominado secretário-executivo.

Não se sabia exatamente como seria o rito da sabatina no Senado. O que aconteceu foi uma longa sessão, compreendendo a minha exposição inicial, seguida de questionamentos dos membros da CAE do Senado. Na época, integravam essa comissão, entre outros, o senador Jarbas Passarinho, o senador Mauro Benevides, o professor Roberto Campos e o senador Raimundo Lira, que era o presidente da Comissão. Como seria a primeira vez, de acordo com a Constituição Federal promulgada em 1988, que ocorreria uma sabatina com o indicado para assumir a presidência do Banco Central, houve uma grande participação dos senadores daquela sessão histórica.

Eu assumi a presidência do Banco Central como interino em junho de 1989 e permaneci nessa condição por três meses. A sabatina no Senado ocorreu no início de outubro de 1989. Nesse ínterim, realizei, como já mencionei, uma série de reuniões com os chefes de departamento, o nível máximo na hierarquia do Banco Central, para abordar questões relevantes para a economia nacional e para o Banco. Isso foi importante porque vivíamos um momento muito delicado da vida nacional, um momento em que várias mudanças estavam ocorrendo e, principalmente, os candidatos à Presidência da República estavam com suas campanhas na rua para disputar a eleição.

Assuntos como a tentativa de alguns parlamentares de fixação da taxa de juros em 12% ao ano, as intervenções em bancos estaduais, a intervenção no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), o nível das reservas externas e os leilões de títulos do Banco Central e do Tesouro Nacional eram debatidos nessas reuniões.

Em meados de 1989, diversas corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários quebraram quando ocorreu uma forte disputa de mercado entre detentores de posições compradoras e vendedoras, especialmente entre um grande operador e o então presidente da Bolsa de Valores de São Paulo. O Banco Central, se não me engano, interveio em 22 corretoras e distribuidoras do mercado.

Mais ainda, como o processo de sabatina e aprovação do meu nome se prolongou até outubro, as campanhas dos candidatos estavam mais explícitas nas ruas. A disputa eleitoral entre Fernando Collor, Lula

e Ulysses Guimarães estava acirrada, e muitas questões econômicas eram tratadas sem o devido cuidado técnico.

Minha sabatina aconteceu nesse cenário. Tive a ajuda de técnicos de carreira, dos chefes de departamento e de procuradores do Banco Central que fizeram algumas simulações da sabatina, do que poderia ser perguntado pelos senadores. Em função disso, eu diria que 70% das questões que enfrentei na sabatina apareceram antes nessas reuniões que tive com os técnicos do Banco Central. Sou muito grato a todos eles por isso, porque captaram com precisão o momento que vivíamos, as demandas que estavam sendo colocadas e, assim, pude me preparar bem.

Como já mencionei, a CAE era presidida pelo senador Raimundo Lira e teve como relator o senador Mauro Benevides e como um dos convidados o senador Nelson Carneiro. Após a sabatina, foram apurados votos contrários de apenas dois senadores, o que foi algo marcante para o momento.

Depois de ser aprovado na sabatina da CAE, meu nome também teria que ser aprovado em Plenário. Eu me lembro de que quem chamou os senadores para a votação no Plenário foram Fernando Henrique Cardoso, Jarbas Passarinho, Marcondes Gadelha e Ronan Tito. Eram senadores de diferentes partidos, o que fez com que aquela decisão fosse apartidária, considerando as rivalidades políticas da época. As falas do senador Ronan Tito, líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); do senador Marcondes Gadelha, líder do Partido da Frente Liberal (PFL); do senador Fernando Henrique, líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); e do senador Jarbas Passarinho, líder do Partido Democrático Social (PDS), registradas nos anais do Senado, foram importantes.

O senhor considera que essa postura foi um sinal de que a classe política estava começando a perceber o Banco Central como uma instituição autônoma e que não deveria haver interferências políticas na economia?

A minha aprovação no Plenário e a fala dos representantes dos partidos durante a votação comprovam isso. A fala do senador Jarbas

Passarinho, registrada nos anais do Senado na sessão plenária do dia 18 de outubro de 1989, refletia isso: “Essa indicação é extremamente importante para nós, que temos o objetivo de fazer do Banco Central uma instituição respeitada, inclusive pelo governo em si, fazê-la independente, autônoma, para que possamos ter condições, amanhã, de condução de política econômica no Brasil que possa ter, no Banco Central, a sua âncora fundamental”. Outros senadores se manifestaram na mesma linha.

Na Comissão foi mais complicado?

Na CAE, algumas posições eram políticas, mas acho que também me saí bem. Por exemplo, um dos senadores – que acredito tenha sido o autor de um dos dois únicos votos contrários na sessão – queria que eu me compromettesse a tabelar a taxa de juros em 12% ao ano. Não se tratava de uma questão técnica, mas sim de um desejo político que não poderia ser satisfeito.

Nesse momento, as instituições políticas começaram a perceber o Banco Central como mais independente? Começaram a ver que os funcionários eram qualificados e que não deveria haver interferência no trabalho que realizavam?

Sim, mas, mesmo antes, o país teve avanços importantes que, felizmente, contribuíram para o fortalecimento do Banco Central, como a unificação dos orçamentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o fim da conta movimento. Como já disse, com a mudança de regime de governo, todos os segmentos da sociedade tornaram explícitas suas demandas. Em um primeiro momento, isso dificultava a atuação do CMN. O avanço que tivemos nesse sentido foi extraordinário. Hoje, o Banco opera com metas claras e tem um Copom atuante e com atuação transparente. Durante a Cerimônia de Comemoração dos 50 anos de criação do Banco Central, conversei com o Alexandre Tombini e comentei: “Você está sentindo essas dificuldades hoje, mas imagine as dificuldades para se fazer política monetária na década de 1980, com um CMN composto por 26 membros representando vários segmentos da sociedade!”.

A principal preocupação econômica do país, naquela época, era a inflação. O senhor foi para Israel estudar estratégias de controle inflacionário?

Em janeiro de 1990, no final da minha gestão, recebemos um convite do presidente do Banco Central de Israel, Michael Bruno, para participarmos de discussões sobre planos de estabilização econômica – ortodoxos e heterodoxos. Viajei acompanhado por dois profissionais diferenciados: Silvio Rodrigues Alves, então chefe do Departamento Econômico do Banco Central, economista e funcionário de carreira; e Persio Arida, ex-diretor da Área Bancária, mais tarde, presidente do Banco Central, e, sabidamente, ator principal na estruturação de alguns planos econômicos em nosso país.

Nesse momento, Israel já tinha conseguido controlar a inflação?

Sim e já estava em outro momento. No Brasil, fomos caminhando em tentativas e erros até que alguns dos mais destacados economistas brasileiros conseguiram construir o caminho do Plano Real. Foi uma trajetória extraordinária depois de vários planos e percalços: Cruzado, Cruzado II, Verão, Feijão com Arroz, Collor I, Collor II.

Capítulo 5

Planos, Ilusões e Incerteza

Como foram os planos econômicos do final do mandato do Sarney? E como era sua relação com Mailson da Nóbrega?

Minha relação com o ministro era muito boa. Ele tinha por meta fazer a transição até o final do mandato, porque faltava pouco tempo – acho que isso está no livro que ele escreveu.¹⁶ Houve o desenho da chamada política do “feijão com arroz” para realizar uma transição menos traumática sob o ponto de vista econômico até o final do mandato presidencial, mas o fato é que o processo eleitoral estava em andamento. Havia três candidatos fortes disputando – em determinado período, o Lula estava na frente; depois, o Collor foi se aproximando – e todas as atenções estavam voltadas para essa disputa. Do lado do Banco Central, como fazer um leilão de títulos em um ambiente em que alguns discursos diziam que a poupança pública poderia ser sequestrada? Como a autoridade monetária poderia conduzir os leilões de papéis junto aos *dealers*?¹⁷ Qual o preço que deveria ser praticado para implementar uma política monetária ativa, com taxa de juros positiva? O ambiente político era muito turbulento.

Podemos dizer que os canais de transmissão de política monetária estavam fechados naquele momento?

Lembro-me de que houve uma reunião com o Eduardo Hitiro Nakao, responsável pela mesa de mercado aberto do Banco Central, no Rio, porque alguns *dealers* estavam com grande dificuldade de adquirir papéis naquele ambiente. Ninguém sabia qual era o nível de taxa de juros adequado. Qual seria o patamar da taxa de juros para conter o

16 NÓBREGA, Mailson da. *Além do feijão com arroz*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010.

17 *Dealer* de mercado aberto é a denominação que se dá a uma instituição financeira que atua junto ao Banco Central como intermediário em sua atuação no mercado aberto. Há também *dealers* que atuam no mercado de câmbio.

processo inflacionário? Para conseguir o equilíbrio necessário em um contexto de extraordinária turbulência política e de taxas de juros crescentes? A pergunta era: o que você faria se alguém dissesse que todo o seu dinheiro vai ser sequestrado amanhã?

As pessoas começaram a sacar os recursos que possuíam no sistema. É desse nível de dificuldade que estamos falando. Estávamos passando por um processo político novo, uma eleição direta, que não tínhamos vivenciado em décadas. Esse era o contexto.

Após o fracasso de três planos em sequência, o senhor chegou a pensar que não havia solução?

Não, ao contrário. Em uma entrevista nas páginas amarelas da revista *Veja*, procurei enfatizar que havia condições de ajustar a situação porque teríamos, em poucos meses, o primeiro presidente eleito em uma eleição direta e teríamos, em função disso, condições de criar um ambiente de credibilidade política e, consequentemente, econômica para a obtenção do equilíbrio e a necessária retomada do crescimento. Naquele momento, tínhamos US\$100 bilhões de dívida interna líquida, equivalentes a cerca de 22% do Produto Interno Bruto (PIB), para administrar e rolar. Minha visão, contudo, era positiva, era de que o processo político com a eleição de um presidente pela maioria da população iria criar as condições de estabilidade para que pudéssemos caminhar de forma diferente.

Foi efetivamente um período de muitos desafios.

Foi um período difícil, mas riquíssimo, porque em alguns anos foram consolidadas muitas questões. Como falamos: o fim da conta movimento; a unificação dos orçamentos monetário e da União; a criação da LDO; e, no Banco Central, já no meu período, os trabalhos de fortalecimento do sistema financeiro e de atenção às questões prudenciais e de gestão de riscos, além dos estudos para a criação do seguro depósito. Em meu discurso de transmissão do cargo para o Ibrahim Eris, repassei alguns desses pontos.

Queria insistir um pouco mais sobre sua experiência concreta na presidência.

Como já mencionei, assumi a presidência do Banco Central imediatamente após a intervenção em 22 corretoras e distribuidoras do mercado, além da turbulência política que o país vivia. Alguns anos antes, o país decretara a moratória da dívida externa e, no momento em que assumi, tínhamos reservas equivalentes às necessidades de apenas três meses de importação. Então, é possível ter uma ideia das dificuldades que havia com a efervescência política, a ebulição do sistema financeiro – com várias instituições quebrando – e a quase inexistência de reservas para sustentar as importações. Esse era o contexto. Uma das medidas discutidas pelos técnicos do Banco Central e do Ministério da Fazenda, e que foi adotada, foi a centralização do câmbio.¹⁸ Foram criadas as chamadas filas para poder usar a moeda forte de acordo com a possibilidade das reservas existentes.

Como funcionava esse sistema?

Basicamente, eram feitas liberações parciais do estoque de reservas de acordo com a capacidade de liberação ou do caixa, e não de acordo com a necessidade das pessoas e das empresas. O objetivo desse mecanismo era não exaurir as reservas existentes naquele momento. Foi algo, do ponto de vista de comunicação com a sociedade, bastante desagradável, para dizer o mínimo, mas necessário para administrar o momento que vivíamos.

Nesse sistema, se uma empresa precisasse, por exemplo, pagar juros de uma compra no exterior, teria que enviar um requerimento ao Banco Central informando a quantidade de divisas de que precisaria e esse pedido seria analisado pelo Banco?

Isso. Esse modelo de criação de fila foi elaborado em função da necessidade do país. Foi uma medida adotada pela existência do baixo nível de reservas da época.

¹⁸ A prática da centralização do câmbio implicava o Banco Central controlar diretamente todo o fluxo de moeda estrangeira dos setores público e privado. Os devedores nacionais adquiriam a moeda estrangeira junto à rede bancária, que liquidava a operação de câmbio mediante entrega do contra valor em moeda nacional, o qual era entregue ao Banco, que por sua vez passava a assumir a responsabilidade do pagamento da dívida ao respectivo credor externo. Os critérios de liberação dos pagamentos aos credores eram estabelecidos pelo CMN. Ver SIQUEIRA, Geraldo Magela. *Câmbio e capitais internacionais: o relacionamento financeiro do Brasil com o exterior*. São Paulo: Aduaneiras, 2016.

Como a moratória afetou a sua presidência e quais foram as consequências para o período seguinte?

O Maílson e sua equipe conseguiram conduzir um acordo para a dívida externa na época, apesar das dificuldades de se construir um acordo em um contexto de moratória.¹⁹ Isso porque, quando é decretada a moratória, reguladores de vários países exigem que os bancos credores criem provisões, o que afeta diretamente o resultado dos mesmos. O fechamento de um acordo pode evitar que os bancos tenham que fazer essas provisões, ou minimizá-las.

A moratória era vista como uma medida completamente heterodoxa? As opiniões se dividiam?

A existência de opiniões divergentes sempre existiu. Nesse sentido, o Maílson foi muito bem-sucedido. Ele conseguiu, de certa forma, em meio a um cenário complexo, restaurar o ambiente para a atuação do Banco Central. Ele foi muito habilidoso. O Fernando Milliet, junto com o diretor para Assuntos da Dívida Externa do Banco, Antônio de Pádua de Seixas, conduziu a negociação com os bancos credores por algum tempo depois que assumiu o Banco Central no lugar do [Francisco] Gros.²⁰ Eu não acompanhei de perto a negociação da dívida externa porque, nessa época, eu era o diretor da Área Bancária, e também porque a coordenação da mesma foi assumida pelo Maílson, com a ajuda do embaixador Sérgio Amaral. Com a moratória, o Banco Central foi afetado nas negociações dos programas estruturais com o Banco Mundial.

19 Em 1º de julho de 1989, em função de diversas circunstância, entre as quais a necessidade de manter níveis adequados de reservas internacionais, o governo brasileiro decidiu suspender as remessas para o exterior de determinados pagamentos e a título de juros, retendo tais valores junto ao Banco Central, nos termos da Resolução no 1.564, do CMN, e da Circular no 1.422, ambas de 16 de janeiro de 1989. Ver CERQUEIRA, Ceres Aires. *Dívida externa brasileira*. 2ª ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003.

Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/Infekon/DividaRevisada/default.asp>

20 A negociação da dívida externa e a busca por recursos no mercado internacional foram questões centrais ao longo da década de 1980, até a questão ser equacionada pelo acordo assinado em 1992. O processo e suas diversas etapas estão detalhadas no livro de Ceres Cerqueira. Ver CERQUEIRA, Ceres Aires. *Dívida externa brasileira*. 2ª ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/Infekon/DividaRevisada/default.asp>.

Quais eram esses programas?

A reforma do SFN, o fortalecimento do Banco Central e o sistema de armazenamento do país eram programas específicos que estavam sendo discutidos, por exemplo.

Ou seja, se o país decreta moratória, não se sabe o que ele pode fazer depois de amanhã.

Exatamente. E essa percepção dificultava muito as negociações e elevava o prêmio de risco nas negociações.

Mailson da Nóbrega foi ministro da Fazenda quando o país atravessava um de seus momentos mais complicados economicamente.

É verdade. O Mailson recebeu o país em um momento de baixíssima credibilidade nas ações do governo. Houve vários planos que, apesar de terem sido inicialmente bem-sucedidos, infelizmente não se completaram porque não estava estabelecido no país um ambiente político apropriado. Questões como a reforma fiscal não aconteceram no tempo certo. E, quando realizadas, foram parciais e não necessariamente como deveriam ter sido. E a herança chegou. Um ambiente de descontrole fiscal e de desconfiança crescente afetando a ação de controle monetário. Foi nesse ambiente que o Mailson assumiu. Um pouco antes, ele tinha sido um dos incentivadores para que a conta movimento do Banco do Brasil fosse extinta. Por isso, digo que, mesmo com essas dificuldades, a fase de transição, até a chegada do processo eleitoral e a eleição pelo voto popular do presidente da República, foi relativamente bem-sucedida. O Mailson foi corajoso, apareceu muito na mídia, estava na linha de frente e tinha convicções econômicas fortes.

Ele fez isso para tentar trazer a confiança de volta?

Naquele momento, ele precisava fazer algo para recuperar a credibilidade. Considero, então, que no que se refere à negociação da dívida externa, a forma como ele a conduziu foi relativamente bem-sucedida.

Essa negociação da dívida externa, a rigor, seria uma prerrogativa do Banco Central?

O Banco Central sempre esteve envolvido. O Fernão Bracher e o Fernando Milliet foram negociadores, assim o como o ex-diretor Antônio de Pádua Seixas. Em outro período, foi o embaixador Sérgio Amaral. Mas o Banco Central sempre participou, pois é quem administra as reservas internacionais e, na época, era quem emitia os títulos de dívida do governo brasileiro.²¹ Ademais, além da participação do presidente e do diretor da área, o Banco Central é tecnicamente muito bem preparado e sempre teve assento nas negociações.

Queria saber o que passou na sua cabeça quando foi escolhido para ser policymaker em um momento em que tudo indicava que as políticas dariam errado. É o ímpeto de fazer acontecer, de fazer alguma coisa pelo país?

No meu caso, certamente foi. Havia três situações extremamente complexas: a Área Internacional debilitada; uma crise interna, inclusive em parte do sistema financeiro; e o país atravessando uma transição política extraordinária. A instituição Banco Central domina os instrumentos de gestão? Sim. O Banco Central tinha, e tem até hoje, técnicos brilhantes. O Departamento Econômico (Depec) tinha uma equipe extraordinária, o pessoal da área de Política Monetária e de Gestão da Dívida Pública também era diferenciado, assim como o pessoal do Departamento de Operações Bancárias (Deban) e das áreas de Normatização e de Fiscalização, além de uma Procuradoria Jurídica com procuradores de excelente formação. Isso para mencionar apenas algumas áreas, entre tantas outras com profissionais de excelente capacitação técnica e experiência. Ou seja, havia o aparato técnico para enfrentar as questões econômicas, mas o ambiente político não estava completo para um processo desses.

21 Em 7 de janeiro de 2004, foi assinado um Acordo de Transição, regendo a operação da dívida externa nesse ano e a transferência ao Tesouro Nacional da responsabilidade por todas as etapas relacionadas à emissão de títulos do governo brasileiro no exterior. O processo de transferência da dívida externa ocorreu ao longo de 2004, de modo que, a partir de 1º de janeiro de 2005, o Tesouro Nacional passou a centralizar todas as decisões relacionadas ao gerenciamento da dívida federal interna e externa.

Ver http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/Relatorio_Divida_2004.pdf

Sendo o primeiro presidente do Banco Central sabatinado pelo Congresso, eu tive um poder relativo, porque se acreditava que o presidente aprovado em uma sabatina poderia ter um mandato. Fui sabatinado pelo Senado, mas sem mandato definido, o que aliás não existe até hoje. Ainda assim, tive legitimidade.

Durante a campanha presidencial de 1989, o candidato Fernando Collor repetia que o candidato Lula, se eleito, sequestraria a poupança dos cidadãos ao longo da campanha. Como vocês no Banco Central viam esse debate?

Nós sentíamos fortemente o impacto. Evidentemente, isso afetava diretamente a gestão da política monetária. Com uma discussão política dessa magnitude ocorrendo às vésperas de um leilão de títulos públicos, o prêmio de risco aumentava ou até poderia acontecer de se colocar no mercado pouco ou nada do lote de títulos em negociação. A taxa de juros poderia ir à lua e, ainda assim, haveria desconfiança. A reação do mercado, todo o tempo, estava diretamente ligada ao processo político, ao processo eleitoral.

Depois que o senhor saiu da presidência do Banco Central, o que fez?

Voltei a lecionar na FEA-USP e me dediquei principalmente a orientar alunos. Discuto temas com candidatos à graduação, ao mestrado e ao doutorado. Ao longo dos anos, tenho orientado e participado de dezenas de bancas de candidatos ao mestrado e ao doutorado, alguns deles profissionais da carreira do Banco Central. Leciono três disciplinas: duas na graduação e uma na pós-graduação. Na graduação, uma disciplina é Gestão de Carteiras de Investimentos e a outra, Estrutura de Capital e Fontes de Financiamento; e, na pós-graduação, Tópicos Avançados de Finanças, onde são discutidos temas livres, como governança, macroeconomia, política monetária, gestão de riscos etc. Leciono para duas turmas por semestre. Também sou sócio de uma empresa de consultoria especializada em projetos de infraestrutura, *project finance*, estudos de viabilidade econômico-financeira, fusões e aquisições, e estruturação de soluções para a atração de investimentos de capital e financiamentos. Dedico parte do meu tempo a cada uma dessas duas atividades.

Uma última pergunta: o senhor é a favor da independência do Banco Central?

Sou a favor, como deixei claro no meu discurso de posse como presidente do Banco Central,²² e vou comentar a respeito.

Quando assumi, existiam 2 ou 3 projetos no Congresso buscando fixar o mandato do presidente e de diretores do Banco Central, entre outras definições. Nenhum deles sequer foi discutido ou chegou perto de aprovação. Essa questão vem e vai ao longo do tempo. A própria classe política passou a compreender a importância do Banco Central, e note que o período de permanência de seus presidentes e diretores tem sido muito maior do que foi no passado. Tem-se conseguido certo grau de estabilidade, por assim dizer. Mas, em relação ao estabelecimento de um mandato fixo, acho difícil afirmar com convicção, porque se trata de uma decisão política, e o político, em regra, quando está na oposição, defende veementemente que haja um mandato para os dirigentes do Banco Central, mas, quando se torna situação, pensa que na gestão dele não se faz necessário.

Alguns presidentes e políticos que antes falavam da independência do Banco Central, quando assumiram seus cargos, não trabalharam com o Congresso para que ela fosse estabelecida. Outros entenderam que não deveria ser estabelecido um mandato efetivo para que não fosse criado um poder dissociado do resto do governo.

Apesar disso, no lado prático, o Banco Central do Brasil obteve grandes avanços com o aumento da compreensão pela sociedade sobre a importância de termos uma moeda forte. Um indicador é o período de permanência dos últimos presidentes no Banco Central. Todos, com ótimo nível técnico, passaram pela sabatina e aprovação do Senado e permaneceram na presidência por períodos mais longos de gestão.

O Banco Central obteve também avanços na melhoria das regulamentações prudenciais e de gestão de riscos, acelerados no mandato do Gustavo [Jorge Laboissière] Loyola, e reforçados no período imediatamente após a crise que se tornou explícita em 2008-2010.

22 Ver Anexo II

A gestão da política monetária foi reforçada a partir da reestruturação do CMN, do sucesso do Plano Real e da criação do Copom. O Brasil ainda precisa de um ajuste fiscal importante, para liberar de vez a gestão da política monetária. Mas acredito que estamos caminhando. Trata-se de um processo de amadurecimento da sociedade, que começou em meados dos anos 1980, vem se solidificando nos últimos anos, e cujo interesse não está mais restrito somente aos economistas e financistas.

Mensagem Presidencial com a Indicação de Wadico Bucchi para a Presidência do Banco Central do Brasil

2

Mensagem nº 178, de 1989

*A Comissão de Assuntos
Econômicos. Em 25.8.89*



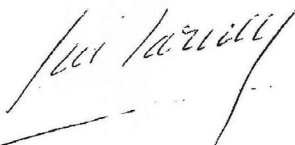
MENSAGEM Nº 440

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO SENADO FEDERAL:

Nos termos do artigo 84, inciso XIV, combinado com o artigo 52, inciso III, letra "d", da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à consideração do Egrégio Senado Federal o nome do Doutor WADICO WALDIR BUCCHI, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Os méritos do Senhor Wadico Waldir Bucchi, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam do anexo "Curriculum Vitae".

Brasília, em 24 de agosto de 1989.



Anexo II

Discurso de Posse como Presidente do Banco Central do Brasil em 23 de junho de 1989

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, Doutor Nelson Carneiro,
Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Doutor Mailson,
Senhores Senadores e Deputados Federais,
Demais autoridades presentes,
Senhores Técnicos e Funcionários do Banco Central,
Meus colegas de Diretoria,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Inicialmente, quero expressar o meu agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Doutor Mailson Ferreira da Nóbrega, pela indicação do meu nome, e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor José Sarney, pela aceitação, para exercer o honroso cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Agradeço ainda, na pessoa do Presidente do Congresso Nacional, Doutor Nelson Carneiro, ao Senado Federal pela aprovação do meu nome após arguição pública conduzida por sua Comissão Permanente de Economia. Trata-se de procedimento novo advindo de nossa Constituição e que torna mais transparente a nomeação de dirigente do Banco Central.

Quero fazer um registro especial de agradecimento ao ex-presidente deste Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira, que, ao me convidar para a Diretoria da Área Bancária, me possibilitou ingressar nesta importante instituição.

Assumo a direção do Banco Central em momento particularmente difícil da vida nacional, pois vivemos hoje um processo inflacionário agudo que dificulta o funcionamento equilibrado da nossa economia.

O momento é ainda mais especial quanto temos presente um processo de sucessão presidencial pela via direta, o que não ocorria há quase 30 anos. As incertezas presentes nos campos econômico e político têm condicionado fortemente a ação dos agentes econômicos e da sociedade como um todo.

Não desconheço, portanto, as dificuldades existentes. Porém, quero registrar, que, no limite de meu esforço, procurarei desempenhar a tarefa a mim confiada de forma a contribuir, no campo específico da atuação do Banco Central, para a complementação da transição de abertura política em nosso país.

No curtíssimo prazo, a ação será desenvolvida no objetivo de preservar as condições de funcionamento da economia, evitando-se um processo de aceleração inflacionária. Os indicadores recentes mostram que esse objetivo tem sido alcançado, muito embora a níveis inflacionários que significam pesadíssimo fardo para a sociedade brasileira.

Às vésperas da realização das eleições presidenciais, temos, portanto, um quadro em que torna-se imperativo o combate à inflação através de um conjunto de medidas econômicas consistentes e que possam recolocar o país na rota para a volta de um ciclo de crescimento econômico equilibrado, aumentando o bem-estar geral do povo brasileiro.

As estatísticas recentes do IBGE e do Departamento Econômico do Banco Central mostram que a carga tributária bruta decresceu 25% de 1970 para 1988 e que a poupança do governo em conta-corrente, antes positiva, decresceu gradativamente nos últimos dez anos até tornar-se nula em 1987 e negativa em 1988.

Paralelamente, ocorreu um crescimento do endividamento interno do governo que cresceu de 5% do PIB em 1975 para algo em torno de 22% do PIB em 1988.

Além disso, ao longo desse período, e em especial na década de 1980, foram sendo criadas por força de ação política de várias esferas e diferentes poderes, algumas dezenas de linhas de crédito de fomento sem origem orçamentária, basicamente financiadas com emissão de moeda ou colocação adicional de títulos públicos.

Dentro deste quadro referencial, me permito utilizar uma frase do ex-presidente deste Banco Central, Doutor Antônio Carlos Braga Lemgruber. Dizia ele em março de 1985: “É ilógico imaginar que se possa comprar prosperidade pela emissão de moeda ou pela emissão de dívida pública. Esta ilusão do crescimento fácil via emissão de dinheiro e de dívida para financiar gastos públicos é muito perigosa, pois no final das contas ou se tem inflação crescente ou se tem juros reais extremamente altos, ou as duas coisas”.

Esta compreensão, senhoras e senhores, estava presente quando um grupo de técnicos liderados pelos Ministros Mailson e João Batista iniciou, em 1983, estudos visando o reordenamento das finanças públicas. Todos devem estar lembrados que a situação então vigente era a da existência de vários orçamentos e um processo decisório alocativo de muito pouca transparência. Todo um trabalho foi desenvolvido nos últimos anos visando ao redesenho da estrutura das finanças públicas e grandes avanços foram conseguidos.

Em 1987, Decreto-Lei foi baixado, criando a unificação orçamentária a partir de 1988 e impedindo o Banco Central de criar programas de fomento sem origem orçamentária. Posteriormente, a própria constituição definiu em seu texto esta mudança.

Neste ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias trouxe regras de grande rigidez para os gastos do setor público e incorporando os Orçamentos de Seguridade de Investimentos das Estatais ao Orçamento Unificado da União, ampliando a transparência do mesmo.

Este conjunto de providências no campo do ordenamento das finanças públicas representa importantes avanços institucionais ainda não muito bem percebidos pela sociedade, mas que sem dúvida

permitirão, pela maior transparência hoje existente, um melhor equacionamento das questões para o ajuste na área fiscal.

Bem no centro desse conjunto de ideias e informações que rapidamente estou lhes apresentando, vale situar o Banco Central do Brasil.

O processo que brevemente descrevi retrata a involução da geração de poupança do governo e consequente necessidade de endividamento para financiar o setor público com os efeitos de expansão monetária indesejáveis.

Neste estágio, é importante que o Banco Central seja fortalecido institucionalmente para melhor cumprir o seu papel. Para tanto, é importante que o Congresso Nacional destaque dos projetos de lei complementar ora em análise, a parte referente às funções e atribuições do Banco Central, votando-a ainda este ano: dotando o Banco Central de autonomia e, portanto, dando a ele condições para o efetivo ordenamento estrutural que lhe permita a realização de sua missão de agenda da sociedade, como guardião do valor da moeda nacional.

No meu entender, o resultado da elevação pode recuar as condições psicológicas necessárias para o estabelecimento de um novo ciclo de crescimento econômico.

Superada a fase de transição política administrada e creditada ao atual governo, e numa visão mais ampla da sociedade brasileira, a principal tarefa do novo governo será o combate à inflação, o que será possível através de um plano de estabilização que contemple um forte ajuste fiscal e um Banco Central autônomo. Ambos os pontos, evidentemente, dada a nova ordem constitucional, somente podem ser efetivados se obtido grande respaldo do Congresso.

Quero, entretanto, ressaltar que qualquer plano de estabilização, para ser efetivamente levado a sério, tem que incluir a autonomia do Banco Central. Os exemplos externos constataam que só houve sucesso quando o Banco Central se tornou autônomo. São os exemplos da Itália, Alemanha, Chile e outros países.

Em suma, a carga tributária bruta decresceu de 26% do PIB, em 1970, para em torno de 20,8%, em 1988, e a poupança do governo em conta-corrente, que era de 5% do PIB em 1970, se tornou, em 1988, negativa em 2,9%. Consequentemente, o endividamento interno e externo do governo saiu de 5% do PIB em 1970 para algo em torno de 48% em 1988.

Ao longo desse período, e em especial na década de 80, foram sendo criadas, por força de ações políticas de várias esferas e diferentes poderes, linhas de crédito fomentadas sem origem orçamentária, basicamente financiadas com a emissão de moeda.

O ordenamento estrutural recente das finanças públicas trouxe um novo conjunto de instrumentos condensados ao orçamento unificado da União que vigorará a partir de 1990, trazendo grande rigidez e transparência aos gastos do setor público.

A Constituição e a Lei de Diretrizes Orçamentárias trouxeram importantes avanços para o fortalecimento do Banco Central na direção de sua autonomia.

O processo, porém, não está terminado. Há a necessidade de se completá-lo através de lei complementar, lei esta que dê aos brasileiros a certeza de que existe um organismo autônomo, devidamente aparelhado, protegido legalmente de interferências políticas e que esteja voltado única e exclusivamente para a defesa intransigente do valor da moeda nacional.

Aos meus amigos funcionários desta casa, quero dizer que lhes devo muito. Neste convívio de quase trinta meses pude testemunhar a qualidade de seu trabalho, o espírito público presente nas decisões e propostas encaminhadas. Tenham certeza de que vocês encontrarão em mim um defensor intransigente desta instituição, porque, agindo assim, sei que estarei também defendendo os interesses de bem-estar da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

Índice Onomástico

A

ALMEIDA, Ronan Tito de	61
ALVES, Sílvio Rodrigues	63
AMARAL, Sérgio Silva do	67, 69
ARIDA, Persio	54, 63
AUERBACH, Robert D.	9, 20, 23
AZARITE, Dauto José	16

B

BARROS, Luiz Carlos Mendonça de	18
BATISTA DE ÁTHAYDE, João	18
BRACHER, Fernão Carlos Botelho	52, 54, 69
BRUNO, Michael Peter	63

C

CAMPOS, Roberto de Oliveira	9, 16, 17, 18, 24, 60
CARDOSO, Fernando Henrique	61

D

DOBROVOLSKY, Sergei	9, 20, 23
---------------------	-----------

E

ERIS, Ibrahim	46, 47, 65
ETHEL SOBRINHO, Miguel	18

F

FRAGA NETO, Arminio	53, 54
---------------------	--------

G

GALVÊAS, Ernane	28, 54, 55
GENARO, Roberto de	16
GROS, Francisco	54, 67
GUIMARÃES, Ulysses	25, 34, 59, 61
GUISHIKEN, Luiz	25, 34, 59, 61

K

KAFKA, Alexandre	11
------------------	----

L

LIRA, Raimundo	60, 61
LOVELL, Catherine	9, 20, 21, 23
LOYOLA, Gustavo Jorge Laboissière	52, 54, 71

M

MEIRELLES, Henrique de Campos	54
MELLO, Fernando Afonso Collor de	60, 63, 64, 70
MELLO, Zélia Maria Cardoso de	46
MONTORO FILHO, André Franco	25, 52
MOURA, Alkimar	25, 33
MUCCILLO NETO, João	16

N

NAKAO, Eduardo Hitiro	62
NEVES, Tancredo de Almeida	32
NÓBREGA, Mailson da	41, 42, 44, 59, 64, 67, 68, 74

O

OLIVEIRA, Fernando Milliet de	9, 10, 19, 23, 24, 25, 33, 34, 37, 38, 39, 43, 54, 67, 69
-------------------------------	---

P

PANTALEONE, Waldemar	16
PASSARINHO, Jarbas Gonçalves	60, 61, 62
PEREIRA, Luiz Carlos Bresser	25, 39

R

RAMOS, José Saulo Pereira	34
---------------------------	----

S

SARNEY, José (José Ribamar Ferreira de Araújo Costa)	32, 34, 59, 64, 74
SERRA, José	34
SILVA DE FREITAS, Sergio	18
SILVA, Luís Inácio Lula da	60, 64, 70
SILVA NETO, Tito Enrique	25, 34

T

TOMBINI, Alexandre Antônio	54, 62
----------------------------	--------

V

VESCOVI PLASTER, Luiz Carlos	16, 18
------------------------------	--------

W

WERNECK, Dorothea

26

X

XIMENES ALVES FERREIRA, Paulo Cesar

43, 54, 59



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

A GESTÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA foi reforçada a partir da reestruturação do CMN, do sucesso do Plano Real, e da criação do Copom. O Brasil ainda precisa de um ajuste fiscal importante, para liberar de vez a gestão da política monetária. Mas acredito que estamos caminhando. Trata-se de um processo de amadurecimento da sociedade que começou em meados dos anos 1980 e que vem se solidificando nos últimos anos, e cujo interesse não está mais restrito somente aos economistas e financistas.

WADICO W. BUCCHI

Ex-Presidente do
Banco Central do Brasil